

# JOSÉ LUÍS CABAÇO

## Extratos duma entrevista relativa à participação dos italianos no processo de Paz, pelo ex-Ministro dos Transportes e Comunicações e da Informação do governo Moçambicano.

Projecto: Caminhos da Paz (2010)

Moçambicano

**P.: Estudou sociologia em Trento e lá conheceu muitas pessoas com quem se relacionou depois em Moçambique. Como foi essa fase da sua vida e quais os Italianos que conheceu e que vieram mais tarde a ter de novo contacto consigo?**

JLC: Em Trento fiquei, logicamente, com muitos amigos que foram meus colegas de universidade. Curiosamente, as pessoas com quem depois eu fiz caminhos paralelos na vida, não foram os meus colegas de universidade, era gente que não já estava na universidade. Foi o Danilo De Gasperi - que trabalhava - Marco Battisti, que era um economista - quando o conheci estava em Milão, depois é que foi para Trento - e o Mario Raffaelli<sup>1</sup> que era o Secretário da Juventude do Partido Socialista Italiano e tinha relações com os estudantes, porque havia estudantes também do partido dele. Mas ele não era propriamente um estudante.

Foram essas três pessoas, o Danilo, o Marco e o Mario, pela ordem, mesmo, o Danilo em primeiro lugar, depois o Marco, que são as pessoas com quem eu criei mais relações de amizade inicialmente. O Mario conhecia bem mas não éramos íntimos, viemos a criar depois uma grande relação de amizade quando ele vem a Moçambique para resolver alguns problemas. Então a partir daí houve um desenvolvimento muito grande das relações.

**P.: Nos primeiros anos da independência foi considerado o Ministro que fazia a ligação com Itália dado o seu passado pessoal. Quais foram os momentos marcantes?**

JLC: As histórias são múltiplas, não dá para contar aqui, mas, digamos, que foi mais importante, por exemplo, a troca de informação que se verificou na aproximação entre Itália e Moçambique, que levaria mais tarde à criação de um clima de confiança que permitiu à Itália ter o papel que desempenhou nos acordos de Paz.

Talvez uma das coisas importantes com a minha relação com Itália tenha sido a aproximação com o Vaticano. Isso também teve um papel, quer dizer, calhou-me a mim ter esse papel, através um pouco da Comunidade Santo Egídio<sup>2</sup>, mas depois nas relações directas com o Vaticano.

Tem um pouco a ver com o facto de que havia ideias preconcebidas sobre Moçambique. Numa das conferências que fiz na Comunidade de Santo Egídio, uma conferência para jovens, depois teve um jantar e falou-se das relações: “Porque é que vocês não convidam o Papa”. Eu disse: “Não há nenhum problema”. Quer dizer, da parte de Moçambique não havia nenhum problema em se convidar o Papa para ir a Moçambique, porque, inclusivamente, quando o Papa foi ao Congo, o Presidente Samora falou logo com alguns bispos e disse: “Porque é que vocês

---

<sup>1</sup> **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político Italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo Italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a RENAMO.

<sup>2</sup> A **Comunidade de Santo Egídio** é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da paz.

não aproveitam e dizem ao Papa para vir a Moçambique também?”. Isso foi uma grande surpresa para eles.

Dali levaram-me a conhecer o Cardeal Silvestrini<sup>3</sup>, que era uma pessoa muito importante na altura no Vaticano e começou uma conversa que depois levou, digamos assim, ao estreitamento das relações, bem como levou ao papel de toda a Comunidade de Santo Egídio e da Igreja Católica que também desempenharam neste processo.

**P.: - Como é que se chegou ao nível de cooperação entre Moçambique e Itália?**

JLC: Havia um pressuposto político bom e especial em Itália, porque a Itália tinha o maior Partido Comunista ocidental, tinha um Partido Socialista muito forte e tinha uma grande tradição de resistência que era recente ainda, tinha 20 anos. Então havia, digamos, um sentimento generalizado por parte de largos sectores da população favoráveis a quem lutava pela sua independência, contra a ocupação, etc. Esses foram os pressupostos, digamos assim, do processo.

Depois fez-se a grande Conferência de Roma, de solidariedade entre os povos, e fez-se uma Conferência de Solidariedade com Moçambique em 1973 em Reggio Emília, onde foi o Presidente Samora Machel pela primeira vez. Houve um encontro com o Papa. Quer dizer, há um conjunto de factores que estabeleceram uma relação privilegiada com Itália e uma relação da Itália conosco também de simpatia.

Depois da independência, próximo dos partidos de esquerda estava um grande grupo económico que era a Liga das Cooperativas. Como grupo económico tinha relação com um outro conjunto de empresas, que não da Liga, mas empresas privadas importantes. Portanto, através da Liga começou uma relação de cooperação económica e ela arrastou consigo e trouxe outras empresas como a C.M.C. [di Ravenna] <sup>4</sup> que estava ligada à Liga, etc. Trouxe outras empresas, a Bonifica, por exemplo, que não estava ligada à Liga mas que foi trazida nessas circunstâncias.

O Governo Italiano deu apoio e conseguiu-se um volume muito grande de envolvimento económico. Há que dizer uma coisa que é muito importante. É uma coisa que só viemos a saber mais tarde. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, [Giulio] Andreotti<sup>5</sup>, era um homem que tinha uma concepção de que as relações não se faziam por contraposição, mas por simpatia, por envolvimento. Então, nesta disputa que havia entre o ocidente e o oriente sobre os novos países independentes, no quadro da Guerra Fria<sup>6</sup>, ele defendia - era o único, devo dizer, que na NATO defendia isso - a posição de que “Nós temos que nos envolver, porque o nosso envolvimento vai desfazer certos fantasmas e vai ligar mais a FRELIMO à Europa”.

**P.: Quando morreram os dois Italianos no ataque à Barragem, Mario Raffaelli veio a Moçambique e contactou consigo para fazer a ligação com Joaquim Chissano, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros. O que estava em jogo?**

JLC: É bom esclarecer o seguinte: Ele [Mario Raffaelli] vem, é recebido por um protocolo e o protocolo tem um programa. Simplesmente, Mario Raffaelli precisava de urgência e precisava

---

<sup>3</sup> **Achille Silvestrini** (Brisighella, 25 de Outubro de 1923) é um Cardeal Italiano, Prefeito Emérito da Congregação para as Igrejas Orientais.

<sup>4</sup> **C.M.C di Ravenna** - Cooperativa Muratori & Cementisti di Ravenna - opera em Moçambique desde 1982, quando a Cooperativa iniciou a construção da Barragem Pequenos Libombos, para o abastecimento de água de Maputo.

<sup>5</sup> **Giulio Andreotti** (Roma, 14 de Janeiro de 1919 — Roma, 6 de Maio de 2013) foi um Líder do Partido Democrata-Cristão Italiano e para além de vários cargos ministeriais, entre eles o de Ministro dos Negócios Estrangeiros foi Primeiro-ministro nos períodos de 1972-1973, 1976-1979 e 1989-1992. Desde 1991 era senador vitalício, por nomeação presidencial.

<sup>6</sup> **Guerra Fria** é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

de uma oportunidade particular de poder falar directamente com o Ministro - ele era Vice-Ministro e podia não falar com o Ministro. É nesse sentido que ele fala comigo, pede-me e explica-me a urgência da necessidade de voltar com uma resposta concreta e oficial do Governo Moçambicano. Então eu falei com o Ministro Chissano, na altura, e, pronto, conseguiu-se esse processo.

Bom, a grande importância desse incidente era que na Itália havia forças muito favoráveis, mas havia algumas forças, principalmente de direita, conservadores de direita, que eram contrárias, porque eram mais alinhadas com a Guerra fria, e eram contrárias a esta relação com Moçambique, inclusivamente até alinhadas com outras forças. Elas passaram à ofensiva com esse facto. Tanto a Democracia Cristã, os mais conservadores dentro da Democracia Cristã, como os partidos da direita, passaram à ofensiva. Então era extremamente importante, para salvaguardar também os interesses de Itália e Moçambique, e o interesse que Moçambique tinha que queria que a Itália estivesse aqui presente, darmos uma resposta rápida e podermos minimizar esse resultado político.

**P.: Pode descrever como foi o seu envolvimento pessoal no *set-up* das conversações?**

JLC: Nas conversações, não. Era uma altura em que havia várias iniciativas. Ainda no tempo do Presidente Samora Machel houve várias iniciativas nesse sentido. Foi-me dito que eu deveria, era Ministro da informação ainda, procurar desfazer a sensação que existia em alguns círculos Italianos, até círculos amigos, da nossa intransigência em respeito a uma solução alternativa. Quer dizer, uma solução para se acabar com a guerra e que não passasse necessariamente pela solução militar.

Isso foi fundamentalmente o que fiz, não tinha nenhuma incumbência de levar um projecto de negociação ou de levar sequer a palavra negociação, não era isso, era só essa palavra de um pouco mais da disponibilidade: “Vamos procurar caminhos, vamos ver, nós queremos procurar caminhos também, vamos ver que caminhos é que podemos encontrar”. Isso eu transmitia. Inclusivamente tive um jantar com Mario Raffaelli num restaurante em Roma, numa explanada, e ele perguntou-me: “Mas é a tua opinião ou dos teus chefes?”. Disse: “Não, isso é a opinião geral lá. Eu não trago nenhuma incumbência em especial, estou a transmitir-te aquilo que é a opinião em Moçambique.”

Depois falei com a Comunidade de Santo Egídio também sobre isto e acabei por me encontrar com o Cardeal Silvestrini e aproveitei a ocasião para transmitir esse sentimento. A ideia fundamental era dizer que não há uma rigidez por parte do Governo Moçambicano à busca de soluções que complementem, digamos assim, que possam ajudar na solução da guerra. Não tive mais nenhuma influência na questão das conversações.

**P.: Há um determinado momento em que fala com Mario Raffaelli que o aconselha a ter atenção à diferença entre a diplomacia e o que se está a passar no terreno. Porquê esta preocupação?**

JLC: Era uma preocupação pessoal. Não estava a falar em nome de ninguém, a não ser em meu nome pessoal. Era uma preocupação como Moçambicano, pela realidade que conhecia também de Moçambique.

A minha grande preocupação sempre foi que as conversações, na sua dinâmica de conversações, não ficasse uma relação entre dois grupos. Mas que esses grupos realmente não perdessem a representatividade que eles traziam para a mesa.

A certa altura as negociações embrulharam-se, quer dizer, tornaram-se muito complexas, muito técnicas, muito palavra para aqui, palavra para acolá, e eu a certa altura disse: “Bom, esta gente pode estar tão envolvida para chegar a um papel e enquanto escreve o papel a guerra não para”.

Então o que é importante é que vão acompanhando o sentimento das duas partes em relação a este problema. Porque se se cria uma mentalidade belicista e a mentalidade se desvincula do processo das negociações, e eu já tinha a experiência, várias experiências, inclusivamente a de Angola, que é uma experiência próxima da nossa, onde houve acordos, acordos e acordos e a guerra continuou. Quer dizer, o acordo em si não significa o fim da guerra, era preciso era evitar, porque um fracasso nessas conversações, que tinham sido tão difíceis de construir, criavam um recuo, um *set back* que podia levar mais muitos anos até se conseguir resolver, como aconteceu em Angola, por exemplo.

**P.: Que papel tiveram os mediadores?**

JLC: Vamos só rapidamente recordar que mediadores houve muitos, mas que não correspondiam a realidade absolutamente nenhuma. Houve uma iniciativa do Vaticano através da SIS, que não tinha nenhum pé na realidade, houve Nairóbi, houve o primeiro encontro dos bispos todos que também não [deu certo].

Depois todas essas acabaram confluindo na solução definitiva. Mas o grande mérito é principalmente do Mario Raffaelli e da Comunidade de Santo Egídio, que conseguiram depois consertar esses aspectos. Eles fizeram, primeiro, o grande esforço de entender porque é que o Governo queria as conversações e porque é que a RENAMO as queria, que motivações reais havia, que cansaço havia, que vontade de Paz estava efectivamente subjacente àquilo.

Era um exercício só de controlo de poder ou era também de expressão dessa vontade de Paz das duas partes? Eles foram cavando aí. Isso levou tempo e foi o que os outros não fizeram. Os outros queriam correr rapidamente para uma mesa e assinar um papel. Quer dizer, não daria em coisa nenhuma, estaríamos em guerra ainda hoje. Mas eles foram cavar nessas motivações que começaram a construir as plataformas comuns, a falar as palavras que os dois entendiam da mesma maneira. Esse é o grande exercício que eles fizeram e que é um exercício, realmente, de grande paciência e de grande habilidade diplomática.

**P.: Mantém desde essa altura um contacto constante com Mario Raffaelli?**

JLC: Falámos sempre que nos encontrámos. Somos amigos, e obviamente que falávamos nisso. Era o grande tema e estávamos todos envolvidos profundamente nisso.

A minha preocupação, por exemplo, essa que foi referida em uma das perguntas anteriores, foi também dar sempre a minha pequena contribuição, mas a maior parte das coisas eu era absolutamente desnecessário, porque estavam muito mais dentro do assunto do que eu. Mas era a nossa função.

Naquele caso era alertarmos e também quando falávamos aqui com os nossos camaradas, colegas, também dizer: “Estive em Itália e a sensibilidade é esta, as pessoas pensam isto”. Mas isso era um canal informal, não tinha nenhuma função nisso, era pura e simplesmente como cidadão, que tinha o privilégio de ter contacto, tanto com os mediadores como com o Governo, e ia procurando informar as partes sobre o que é se estava a pensar, como é que estava andando.

**P.: Sentiu que a relação pessoal de Mario Raffaelli com muitos dos dirigentes Moçambicanos foi a chave que possibilitou o desenrolar dos acontecimentos?**

JLC: Neste longo processo das relações de Itália com Moçambique e depois do papel que a Itália veio a desempenhar - e esses dois processos estão muito ligados, não são duas coisas diferentes - no processo de Paz, Mario Raffaelli é um personagem central, porque, pela sua inteligência, mas também pela sua simpatia, pelo seu dinamismo, etc., ele conseguiu, primeiro, angariar inúmeros amigos e, digamos assim, criar um clima de confiança.

Mario Raffelli era uma pessoa em que nós confiávamos, sabíamos que não nos ia trair, vamos dizer assim. Portanto, confiávamos nele e sabíamos que ele estava a fazer um trabalho em benefício de Moçambique.

Ele também teve a habilidade de fazer igual trabalho junto da RENAMO e ganhar também a confiança. Nesse aspecto foi também auxiliado pela própria Igreja Católica. Ele teve uma boa relação com a Comunidade de Santo Egídio. Então os dois em conjunto conseguiram criar o clima.

Também o Dom Matteo Zuppi<sup>7</sup> é amigo de muitos de nós. Mario Raffaelli e Dom Matteo, em particular os dois, acabaram por ter um papel de criação da confiança recíproca que foi o aspecto fundamental, para que a vontade de Paz que as duas partes tinham se pudesse explicitar, porque o problema, a explicitação de uma vontade de Paz pode ser sempre aproveitada e usada pelo outro como um momento de fraqueza. Então era preciso que isso fosse um momento simultâneo, um momento de crescimento e que chegássemos ao mesmo tempo ao mesmo sítio.

**P.: Sentiu que havia dos dois lados uma vontade real de chegar a um consenso devido ao cansaço?**

JLC: Eu penso que havia efectivamente das duas partes uma vontade de chegar a um acordo. Porque a situação não se podia prolongar demasiado. No meio disso houve também sempre um problema de poder, de tentar ter a maior vantagem possível nessa discussão. Mas a verdade é que o acordo foi até onde foi possível ir e depois uma parte da sua implementação foi transferida para a ONUMOZ.

Tivemos a sorte de termos Aldo Ajello<sup>8</sup>, que era uma pessoa de grande sensibilidade e de grande inteligência e que deu continuidade não só ao espírito do Acordo, mas foi capaz de gerir depois aqueles pequenos ajustamentos. Mas esse Acordo era querido por toda a gente.

Há dois factores que quero recordar que são fundamentais. Quando se construiu a Comissão Eleitoral, que tinha o Governo e a RENAMO, aquela que foi presidida pelo Brazão Mazula<sup>9</sup>. Uma das cláusulas era de que todas as decisões tinham que ser tomadas por consenso. Eu deitei as mãos à cabeça: “Como é que esta gente que esteve em guerra tanto tempo, vai agora encontrar consenso sobre alguma coisa?”.

Brazão Mazula aí teve também muita habilidade, muita paciência. Eu lembro-me dele ter vindo falar com Aldo Ajello: “Vocês deram-me seis meses, em menos de um ano e meio não faço, não se resolve isso. Se vocês querem seis meses, fiquem lá com os seis meses, eu saio”. Ele fez isso. Então, Aldo Ajello falou para Nova Iorque e prolongaram a missão. Mas ele conseguiu construir um documento de consenso, um consenso que parecia impossível, a primeira coisa. Essa é uma das questões.

A outra é que, quando para os jogos de poder urbano, aqui na capital, as chefias do Governo e da RENAMO andavam atrasar as coisas, os guerrilheiros começaram a abandonar os campos e foram para casa. As cúpulas tiveram que correr atrás dos guerrilheiros. Isso é que é o sinal de que as gentes estavam cansadas da guerra.

---

<sup>7</sup> **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950), é um padre católico italiano da Comunidade de Santo Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

<sup>8</sup> **Aldo Ajello** (1936-), de nacionalidade italiana, foi o representante especial e chefe da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) a partir de Outubro de 1992 a Dezembro de 1994.

<sup>9</sup> **Brazão Mazula** (18 de Outubro de 1944, Messumba, Niassa). Frequentou o Ensino Primário em Messumba e o secundário em Massangulo, Marrere, e cidade de Nampula. Graduou-se em Filosofia e Teologia, entre 1964 e 1971, no Seminário Maior de S. Pio X de Lourenço Marques. Em 1973, é ordenado sacerdote pela diocese de Vila Cabral, hoje Lichinga. De 1973 a 1976 deu aulas no Colégio-Liceu de S. Teotónio e foi Reitor do Seminário Menor de Cuamba e mais tarde Director daquele Colégio. Depois de se ter laicizado do sacerdócio, tornou-se funcionário do Ministério da Educação e Cultura, exercendo várias funções, de 1976 a 1988, altura em que obteve uma bolsa de estudos, no Brasil, para o mestrado em Ciências da Educação e, em 1993, obtém o grau de Doutor (PhD) em História e Filosofia da Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). No seu regresso a Moçambique, em 1994, foi indicado por consenso e unanimidade das forças políticas para presidir à Comissão Nacional de Eleições, que dirigiu e organizou as primeiras eleições multipartidárias, de Outubro do mesmo ano.

Então eu penso que esses dois elementos são extremamente importantes para mostrar que havia vontade nas cúpulas para resolver os problemas, mas as duas cúpulas sentiam que havia uma vontade da base, que se eles se atrasassem poderiam ter que pagar um preço muito alto por isso.

**P.: Sentiu que havia por parte de Aldo Ajello um desejo de manter uma forte ligação com o Governo Moçambicano?**

JLC: Eu e o Ajello somos muito amigos, há muitos anos. Naturalmente ele chegou aqui e conversámos muito, ele falou com muita gente e falou comigo muitas vezes.

Ele estava desagrado - fiz algumas críticas - porque o oficial de informação pública da ONUMOZ era um funcionário burocrata, não tinha nenhuma sensibilidade. Eu sobre algumas coisas chamei a atenção, e não fui só eu, outras pessoas também chamaram a atenção por alguns erros que ele tinha cometido. Então ele decidiu despedi-lo, mandá-lo para Nova Iorque. Pediu a Nova Iorque se podia convidar-me e convidou-me, dei um tempo para consultar algumas pessoas e depois aceitei.

Estive a trabalhar com ele como Oficial de Informação. Logicamente como Oficial de Informação trabalhei junto a ele, mas não era um conselheiro. Ele depois criou uma outra equipa, que tinha uma pessoa que era da área da RENAMO e uma pessoa que era da área do Governo que ele usava para consultas, mas nenhum deles representava nada. Esses é que faziam um pouco a ponte, embora de uma forma informal.

**P.: Considera que existiu, até às eleições, uma tensão contínua entre as partes?**

JLC: Houve momentos de tensão muito fortes que foram necessários ainda serem resolvidos. Mas foram e acabaram sempre por ser resolvidos no mesmo espírito. Esse processo de continuidade que houve na acção do Governo Italiano, no apoio da Igreja Italiana, e depois na acção da Nações Unidas, em que, felizmente, veio uma pessoa que era um pouco da mesma escola política, esses foram, na minha opinião, uma das grandes justificações do sucesso.